

PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DE VIOLÊNCIA: NARRATIVAS DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA

Talita Manzano-Araújo

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

Recebido em: 22/06/2023

1ª revisão em: 22/02/2024

Aceito em: 13/11/2024

Tales Vilela Santeiro

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

Tatiana Machiavelli Carmo Souza

Universidade Federal de Catalão

RESUMO

A violência contra as mulheres com deficiência é uma temática pouco explorada em produções e contextos acadêmicos brasileiros. O estudo objetivou investigar vivências de mulheres com deficiência que experienciaram situações de violência e analisar o entendimento que elas apresentaram acerca dessas situações. Nove entrevistas semiestruturadas e individuais foram realizadas. O tratamento dos dados foi qualitativo e a ordenação das informações foi realizada por meio da análise temática reflexiva de Braun e Clarke. Os resultados foram organizados em três categorias analíticas: Concepções e tipos de violências vivenciadas; Dificuldades encontradas após identificação da violência; e Superação da violência? Em suas narrativas, as participantes demonstraram estar em um movimento constante de reconhecerem-se enquanto mulheres com deficiência, ocupando um lugar de visibilidade que contemple seus direitos e valorize suas vivências.

Palavras-chave: violência contra a mulher; gênero; feminilidade; pesquisa qualitativa; entrevista.

PERCEPTIONS AND EXPERIENCES OF VIOLENCE: NARRATIVES OF WOMEN WITH DISABILITIES

ABSTRACT

Violence against women with disabilities is a theme little explored in Brazilian academic productions and contexts. The study aimed to investigate the experiences of women with disabilities who have experienced situations of violence and to analyze their understanding of these situations. Nine semi-structured and individual interviews were carried out. Data treatment was qualitative, and the ordering of information was carried out through the reflective thematic analysis of Braun and Clarke. The results were organized into three analytical categories: conceptions and types of violence experienced; difficulties encountered after identifying the violence; and overcoming violence. In their narratives, the participants demonstrated that they are in a constant movement of recognizing themselves as women with disabilities, occupying a place of visibility that contemplates their rights and values their experiences.

Keywords: violence against women; gender; femininity; qualitative research; interview.

PERCEPCIONES Y EXPERIENCIAS DE VIOLENCIA: NARRATIVAS DE MUJERES CON DISCAPACIDAD

RESUMEN

La violencia contra las mujeres con discapacidad es poco explorada en el contexto brasileño. El objetivo de este estudio es comprender las experiencias de mujeres con discapacidad que han vivido el contexto de violencia e indagar sobre su comprensión de la violencia, las situaciones que les impiden buscar ayuda y los recursos que encuentran. Se realizaron nueve entrevistas semiestructuradas e individuales. El tratamiento de los datos fue cualitativo y el ordenamiento de la información se realizó a través del análisis temático de Braun y Clarke. Se encontraron las siguientes categorías: concepciones y tipos de violencia vividos; dificultades encontradas después de identificar la violencia; y ¿superación de la violencia?. En sus narrativas demostraron estar en constante movimiento de reconocerse como mujeres con discapacidad, ocupando un lugar de visibilidad que contempla sus derechos y valora sus discursos.

Palabras clave: violencia contra la mujer; género; feminidad; investigación cualitativa; entrevista.

INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é uma expressão das relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Caracteriza-se como um problema mundial de direitos sociais e humanos que atravessa fronteiras geográficas, religiosas, culturais, sociais e econômicas. Na intersecção com classe, religião, deficiência, idade e/ou identidade sexual a violência atinge de formas distintas diferentes mulheres em todo o mundo (Tsitsou, Woodin, & Shah, 2016).

O Brasil é um país com altos índices de violência contra as mulheres, dos quais as mulheres com deficiência fazem parte. Os estudos nacionais que abordam essa intersecção – deficiência, gênero e violência - são exíguos e obscuros quanto à frequência, em quais contextos ocorrem e aos fatores que vinculam violência e deficiência (Wanderer & Pedroza, 2015).

É possível, nessa direção, definir diversas formas de violência. A física é marcada por condutas que ofendem a integridade física ou a saúde corporal; a psicológica implica em atos que impactam a saúde emocional e a autoestima; a sexual inclui os comportamentos que obrigam a mulher a manter relação sexual não desejada; e a patrimonial, que agrega condutas de retenção ou subtração de bens e valores (Lei nº 11.340/2006).

Como pode ser notado, essas definições são amplas, nas quais fica implícita a peculiaridade do grupo social “mulheres com deficiência”. Alguns estudos têm evidenciado, assim, que elas vivenciam outras formas de violência, às quais as mulheres sem deficiência não estão sujeitas. Esta diferenciação do que uma mulher com deficiência vive, em comparação ao vivido pelas demais, porém, é complexa, dada a naturalização de comportamentos como discriminação, preconceito, capacitismo, falta de acessibilidade, retenção de aparelhos de mobilidade, dentre outros. Quando se refere especificamente à violência contra mulheres com deficiência, portanto, há o acréscimo dos elementos de estigmatização, quebra do direito ao pleno desenvolvimento e a conseqüente exclusão social (Wanderer & Pedroza, 2015).

Ao analisar a violência contra as mulheres com deficiência, outrossim, é essencial considerar a historicidade da deficiência, a influência desta na atualidade e avaliar a atuação destas mulheres enquanto sujeitos sociais, para que esse fenômeno possa se tornar visível, progressivamente Movimentos para determinação de lugares de fala e a luta pelos direitos que possuem têm sido constatados, mas a efetividade destes ainda é incipiente

Esse status geral pode espelhar, ainda, processos de invisibilização que ocorrem devido à própria temática da deficiência ser periférica nas ciências humanas, sociais e jurídicas, nas quais a caracterização e a compreensão de pessoa com deficiência têm conquistado, paulatinamente, as atenções nos estudos (Nuernberg & Mello, 2012; Passos, Telles, & Oliveira, 2020). Nesse sentido, se por um lado a temática da

violência contra as mulheres com deficiência requer expansões, por outro, é sabido que a probabilidade destas mulheres vivenciarem situações de violência, incluindo a doméstica, é 50% maior quando comparadas às demais. Assim, diante de dados como esses, é possível afirmar a existência de uma dupla vulnerabilidade à violência, por elas vivenciada: ser mulher e ter deficiência (Mello, Pereira, Pereira, & Santos, 2021).

A implantação de políticas públicas para o enfrentamento às violências contra as mulheres com deficiência no Brasil tem progredido. No entanto, as estratégias inerentes não se mostram suficientes para erradicá-las. Nos anos de 2015 e 2019, duas alterações na Lei Maria da Penha foram realizadas, diretamente vinculadas às mulheres com deficiência: (1) aumento de 1/3 na pena de feminicídio, caso o crime seja cometido contra mulheres com deficiência; e (2) o inquérito policial deve conter a informação sobre a sua condição e se a violência sofrida resultou em alguma deficiência ou em seu agravamento (Lei nº 13.104/2015, Lei nº 13.836/2019).

Para compreender mais amplamente os elementos que engendram as violências contra mulheres com deficiência, desse modo, é imperativo assumir uma perspectiva interseccional. Essa perspectiva permite reconhecer a complexidade dos processos subjacentes às desigualdades sociais, produzidas a partir das interações entre os sistemas de subordinação de gênero, orientação sexual, etnia, religião, (in)capacidade¹ e *status* socioeconômico, que se constituem dinamicamente no tempo e no espaço. Essa inextricável relação entre os sistemas de subordinação contribui para a criação, a manutenção e o reforço das desigualdades sofridas pelas mulheres (La Barbera, 2016). A violência institucional e o capacitismo são violências que emergem destes sistemas.

Segundo Yupanqui-Concha, Arismendi e Godoy (2022), a violência institucional é uma imposição de poder, a partir do preconceito de superioridade e inferioridade sobre determinados grupos sociais, no que diz respeito à saúde. Nessa mesma direção, o impacto do capacitismo nas respostas à violência e a maneira como os sistemas - não apenas os indivíduos - perpetuam o capacitismo e a violência carecem de cuidadosas reflexões (Mueller, Forber-Pratt, & Sriken, 2019).

O capacitismo, enquanto um sistema de dominação que concretiza atitudes permeadas pelo preconceito, categoriza os sujeitos, conforme a adequação de seus corpos, a um ideal de beleza e capacidade funcional; é um conceito que se materializa nas relações sociais, a partir da avaliação das pessoas com deficiência como desiguais, menos aptas ou incapazes de gerir suas próprias vidas, o que reflete aspectos socioculturalmente estabelecidos. Nessa acepção, na perspectiva capacitista, a deficiência é considerada um estado diminuído do ser humano (Mello & Cabistani, 2019). Complementarmente a essa visão, o modelo biomédico sobre a deficiência concebe as deficiências como problemas individuais, doenças que

¹ Sistema de subordinação que considera a capacidade como condição de privilégio e poder invisível.

necessitam de uma reabilitação para a reintegração social do indivíduo, de maneira que o seu corpo passe a corresponder aos padrões de normalidade (Gaudenzi & Ortega, 2016).

Considerando esse apanhado introdutório, o objetivo deste estudo é investigar as vivências de mulheres com deficiência que experienciaram situações de violência e analisar o entendimento que elas possuem sobre essas situações e seus contextos.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa empírica, descritiva e de corte transversal, com metodologia clínico-qualitativa. De modo geral, esse tipo de pesquisa objetiva investigar e compreender processos pelos quais as pessoas constroem e descrevem significados (Turato, 2013).

Nove mulheres participaram deste estudo, com média de idade de quarenta e sete anos (variabilidade entre vinte e nove e setenta e dois anos) e autoidentificadas como heterossexuais. Quanto à raça/etnia, oito se declararam brancas e uma, parda; em relação ao estado civil, duas se declararam solteiras, quatro, casadas, e três, divorciadas. No que se refere à escolaridade, uma participante declarou ter ensino médio completo e oito, ensino superior completo. Oito delas residiam em estados do Sudeste e uma, no Sul (duas em Minas Gerais, uma no Espírito Santo, cinco, em São Paulo e uma, no Paraná).

Participantes que se autoidentificavam como mulheres com deficiência foram incluídas, independentemente de etnia, identidade de gênero e/ou orientação sexual, que vivenciavam ou vivenciaram situações de violência e que fossem maiores de idade. Não havia a previsão de aplicação de critérios de exclusão; todavia, mulheres que, ao serem entrevistadas, relataram a possibilidade de riscos de perda de confiabilidade e/ou de segurança física, material ou emocional não puderam participar.

As entrevistas foram realizadas pela primeira autora do artigo, autoidentificada como mulher branca, cisgênero e pessoa com deficiência física. Quanto à formação acadêmica, ela era graduada e mestranda em Psicologia.

Um roteiro de entrevista semiestruturada foi desenvolvido para este estudo, o qual contemplava quatorze perguntas norteadoras. Nove destas eram focadas na caracterização do perfil das participantes: nome, idade, estado civil, localidade geográfica de residência, escolaridade formal, raça/etnia autodeclarada, sexo, identidade de gênero e orientação sexual autodeclaradas. As cinco demais eram relacionadas aos objetivos do estudo: compreensão de violência, experiências de violência, dificuldades encontradas quando experienciavam violências, formas de enfrentamento à violência, questão que indagava sobre se a entrevistada gostaria de agregar algo não perguntado e que consideraria importante).

Para composição do número de participantes, a estratégia de bola de neve foi utilizada, a qual se define como uma técnica não probabilística, comumente utilizada quando se almeja desenvolver pesquisas com grupos de difícil acesso. Nesse sentido, a primeira entrevistada (semente) foi indicada por uma pessoa exterior à equipe envolvida no estudo e, após finalizada a sua entrevista, ela indicou a próxima, e assim sucessivamente. Registramos, ainda, que as participantes e a entrevistadora não se conheciam previamente às situações de entrevista e que a quantidade de pessoas entrevistadas seguiu o critério de saturação teórica.

Para a obtenção e construção das vivências das participantes, as entrevistas foram realizadas por meio da plataforma *Google Meet* com tempo médio de uma hora e meia de duração, cada. Antes da realização das entrevistas, foi priorizado um momento de acolhimento às entrevistadas, no qual a entrevistadora e as participantes se conheciam, na busca do estabelecimento de *rapport*. Para facilitar a exploração e a ordenação das experiências das mulheres, as entrevistas foram transcritas a posteriori, integralmente (*corpus*).

Para organização das experiências, resultantes das entrevistas, a Análise Temática Reflexiva foi utilizada (Braun & Clarke, 2020). Este procedimento e enquadramento metodológico enfatizam a importância da subjetividade da pesquisadora, como recurso analítico para a produção do conhecimento e seu engajamento reflexivo com a teoria, os dados e a interpretação. Nela, o significado e o conhecimento são entendidos como situados e contextuais.

Inicialmente, para ordenação dos eixos temáticos foram realizadas leituras flutuantes, com o objetivo de se aproximar das vivências relatadas e compreender as informações ali presentes. Foram observadas as semelhanças e as diferenças das narrativas para a geração de códigos iniciais. Em seguida, foi realizada a busca de temas para sua posterior definição e nomeação. Dessa forma, três categorias foram construídas: Concepções de violência e os tipos de violência vivenciados; Dificuldades encontradas após identificação da violência; e Superação da violência? Cada uma delas será apresentada e explorada no próximo item.

Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, sendo aprovado sob o número do parecer 5.339.758. Os procedimentos éticos foram pautados na Resolução nº 510/2016. Considerando que o estudo foi realizado no período pandêmico foram seguidas as orientações do Comunicado N° 0015188696/2020 que regulamenta procedimentos para pesquisa com seres humanos no período pandêmico e o Ofício Circular N° 2/2021/CONEP/SESCNS/MS/2021 que orienta sobre procedimentos éticos para pesquisas em ambiente virtual.

Sendo feito o convite para a participação, foi solicitada a anuência por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Pseudônimos foram utilizados na apresentação dos resultados, com o objetivo de preservar a identidade das participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CONCEPÇÕES DE VIOLÊNCIA E OS TIPOS DE VIOLÊNCIA VIVENCIADOS

A violência contra as mulheres não se mostrou compreendida pelas participantes, em sua amplitude. Elas demonstraram compreender como violência apenas as agressões físicas e sexuais, as quais, na maioria das vezes, deixam marcas visíveis. Essas vivências serão ilustradas no decorrer desta seção.

Por terem vivenciado situações de preconceito, discriminação, negligência e capacitismo, desde as suas infâncias, as participantes as naturalizavam e as identificavam como situações comuns em seu cotidiano. A narrativa de Júlia ilustrou essa questão:

As violências físicas iniciaram aos nove anos, pelo meu padrasto. E após um tempo começaram as agressões psicológicas, me nomeava como problema da sua vida, fazia chantagem e manipulação. Após um tempo, já adolescente, começaram as sexuais, ele mostrava o órgão genital e tentava fazer sexo anal. Quando adulta passei pelas mesmas violências com meu namorado. Para mim aquilo era comum.

Yupanqui-Concha et al. (2022) debatem que a dificuldade das mulheres com deficiência em reconhecerem algumas formas de violência está no fato de que, mesmo se a informação fosse suficientemente acessível, os mecanismos de poder, estigma e discursos existentes são presentes desde as fases iniciais de seus desenvolvimentos maturacionais. Com isso percebem como normalidade, situações caracterizadas como violência quando consideram o seu próprio grupo social (mulheres com deficiência).

Dentre as entrevistadas, todas experienciaram as violências nas formas física e psicológica; quatro, a patrimonial e três, a sexual; sendo os autores destas violências pais, padrastos e/ou companheiros. Além das violências mencionadas, neste estudo emergiram também a violência institucional e o capacitismo, que foram citados por três mulheres, sendo os autores destas, médicos, fisioterapeutas, entre outros. Os relatos a seguir demonstraram vivências relacionadas à violência institucional, psicológica e ao capacitismo que aconteciam, simultaneamente:

Eu estava fazendo fisioterapia motora. Eu nunca tinha feito bicicleta porque eu tenho Ossos de Vidro, mas a fisioterapeuta falou: "vamos fazer, não tem perigo." Meu pé teve uma hora que escapou, eu não cheguei a cair, mas eu escorreguei e bati o meu cóccix naquela parte fina do banco. Na hora que eu bati eu senti um pouco de dor, mas eu achei que não tinha acontecido nada. Quando eu cheguei em casa que eu comecei a me movimentar, tentei sentar e comecei a sentir muita dor. Fui ao hospital e tirei raios-X e tinha quebrado o cóccix. (Vitória)

Marina relatou algo complementar, nesse mesmo sentido:

Eu estava grávida. Eu, minha mãe e minha tia fomos ao médico para acompanhar de perto a minha gravidez. O médico nos chamou de três irresponsáveis por permitir essa gravidez porque eu tinha uma deficiência física.

Percebe-se que o conhecimento dos profissionais sobre especificidades do atendimento às mulheres com deficiência é exíguo, sendo este um fator que intensifica a vulnerabilidade destas mulheres (Tsitsou et al., 2016). A constante capacitação profissional no que se refere ao atendimento de mulheres com deficiência se faz necessária. Esse tipo de constatação ocorre, principalmente, pela compreensão de que elas não podem ser tratadas como um grupo homogêneo, já que suas experiências pessoais variam de acordo com o tipo de deficiência e este, por sua vez, influência nas suas capacidades de resposta à violência (Ballan & Freyer, 2017).

As três mulheres que experienciaram formas de violência institucional demonstraram mais facilidade em se expressarem sobre esta, do que sobre as outras violências domésticas. Aspecto este que pode estar relacionado ao afeto supostamente existente no núcleo familiar, o que costuma gerar receios de exporem algum membro deste núcleo. No depoimento de Giovana notamos a materialização do capacitismo, enquanto Cecília expressou-se sobre as violências patrimonial e sexual:

Eu não sei se isso foi uma violência, mas eu senti como se fosse. Meu esposo, na época, perguntou: para que você vai trabalhar se você pode aposentar por invalidez? [...] me formei em fonoaudiologia e a diretora do curso me perguntou: como você vai trabalhar se você anda de cadeira de rodas? (Giovana)

Eu nunca apanhei nem nada disso, mas quando eu abri a minha conta bancária para receber o salário [...] não pude abrir no banco devido à greve. Eu não consegui ativar a opção de acessibilidade na minha conta e por isso eu não conseguia controlar minha conta e tive que dar o cartão para o meu marido na época. Recebi uma ligação do meu gerente querendo renegociar uma dívida de 30.000 reais. Descobri que foi meu marido que fez, sem meu conhecimento. [...] Meu marido me forçou a colocar um cigarro de maconha na boca, eu não perdi a consciência, eu sabia tudo que estava acontecendo, tinha ciência, mas não tinha reação. Nesse momento, ele forçou sexo anal. (Cecília)

As violências doméstica e institucional iniciaram-se de forma lenta e silenciosa, progredindo em intensidade e consequências. As participantes, não conseguindo sair da situação de violência, relataram uma tendência a elaborar uma justificativa para a atitude do autor da violência e deixaram de buscar seus direitos e o auxílio necessário. Este ciclo tem sido indicado pela literatura como uma sucessão de

violências que se repetem e voltam sempre ao ponto de origem (Lucena et al., 2016).

As mulheres entrevistadas narraram formas de violência que, na percepção delas, mulheres sem deficiência não costumam experienciar. Frequentemente as mulheres com deficiência convivem com comportamentos oriundos da sociedade ou do próprio núcleo familiar, que perpetuam o capacitismo. As vivências de Beatriz retrataram essa questão:

Até hoje lido com olhares de pena devido a minha deficiência, se isso não for violência, não sei o que é [...] Eu dependo muito, dependo do banho, necessidades fisiológicas, eu passo sonda. O meu pai sempre me viu como um problema. Ele me falava: para que você quer essa cadeira aqui se você não senta, para que você quer esse tênis caro, se você não anda; quando fui me casar, ele falou para meu marido: você vai querer esse problema para a sua vida?

A narrativa de Lívia foi construída em direção semelhante:

Em um determinado dia, ele me impediu de sair de casa, me jogou no chão, tirou minha cadeira de rodas e quebrou meu celular, me deixando totalmente vulnerável e sob ameaça de morte.

A maioria das violências direcionadas às mulheres com deficiência configura-se como um mecanismo de negação social, aspecto narrado na literatura e que também se presenciou nas experiências das entrevistadas. O jeito de ser, agir e sentir destas mulheres constantemente é questionado ou desqualificado, em virtude de possuírem corpos que se diferem do denominado padrão de normalidade (Gaudenzi & Ortega, 2016; Mello & Cabistani, 2019).

DIFICULDADES ENCONTRADAS APÓS IDENTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Várias situações impediram que as participantes buscassem ajuda quando vivenciaram violências. Elas narraram ter procurado atendimento médico ou policial, após o acontecimento da violência, e expressaram insegurança ao contar o que viveram e as suas falas não terem credibilidade. Elas demonstraram também preocupações de não serem acolhidas em suas particularidades, pelos profissionais que as atenderiam. Essas particularidades envolviam compreender que cada mulher tem uma necessidade específica, relacionada à sua deficiência.

As vivências desses aspectos foram demonstradas na narrativa de Laura:

Quando reconheci que estava passando por uma violência, desisti de fazer uma denúncia porque me fariam perguntas demais, além de desacreditarem, porque sempre foi assim. Você tenta fazer uma denúncia e só falta te chamarem de débil mental,

desacreditam de você e te perguntam várias vezes se você tem certeza do que ocorreu.

O ato de denunciar costuma implicar em reviver cenas da violência que trazem sentimentos de desumanização, fragilidade e despersonalização. Nesse sentido, é essencial considerar que o fenômeno da violência pode ser o mesmo, mas cada mulher vai vivenciá-lo de acordo com a sua singularidade (Alves, Rodrigues, Valentim, & Carletti, 2019).

Nas narrativas estudadas, todas as participantes expressaram a convivência com barreiras arquitetônicas e atitudinais, necessitando de um acompanhante no percurso até uma delegacia ou até um pronto atendimento, por exemplo. A dependência desse auxílio foi gerada pela falta de acessibilidade de calçadas e locais para atendimento. Vitória disse de sua dificuldade decorrente dessa questão:

Eu simplesmente não fiz uma denúncia porque aqui não temos acessibilidade e como tenho uma fala pausada, os atendentes não entendem o que eu falo e não se esforçam para tentar me compreender.

A esse relato ela complementou:

Essa é a primeira vez que falo sobre.

As barreiras atitudinais também se apresentaram consolidadas nas relações humanas. Manifestaram-se por meio de atitudes alicerçadas na predisposição psíquica desfavorável e no desconhecimento concreto e vivencial em relação à pessoa com deficiência, tal como assinalado por Mello e Cabistani (2019).

A vergonha de ter vivenciado determinadas violências e não ter conseguido falar delas para um familiar ou uma pessoa de sua confiança foi presente nas narrativas das entrevistadas, aliada a sentimentos de culpa, no sentido de que se tivessem falado e denunciado poderiam ter estimulado outras mulheres a fazê-lo. Essas mulheres vivenciavam sentimentos de impotência em lidar com a dor de ter experienciado situações de violência, o que gerava momentos de descrença na vida. Muitas vezes deixaram de buscar seus direitos, por desconhecimento ou por se sentirem desestimuladas pela família e pela sociedade, como Beatriz mencionou:

Expor um familiar é difícil demais e lá no fundo nos sentimos culpadas porque parece que a responsabilidade do que aconteceu também é nossa, a gente se sente responsável pelo que aconteceu. É como se sempre alguém falasse assim: ah! mas também ela deixou, também ela quis.

Narrativas como essas tratam de experiências de banalização da violência e da culpabilização vivida pelas mulheres entrevistadas. Elas resvalam, ainda, no sentimento de que geram sensação de impunidade quando o crime se torna aceitável pela sociedade. Como tem sido debatido, culturalmente é comum que se

naturalize ideias que versam sobre a violência como fenômeno decorrente de uma provocação da vítima, que se expôs ao risco (Passos et al., 2020).

As dificuldades apresentadas por essas mulheres se referem também ao aspecto jurídico. As limitações enfrentadas pelas participantes evidenciaram o não reconhecimento social ou familiar, das suas particularidades como mulheres com deficiência. Assim, a todo momento as suas narrativas dizem de tentativas de encontrar suas próprias formas para superarem as violências experienciadas. Elas demonstraram que não se sentem representadas e protegidas, como Vitória narrou:

A Lei Maria da Penha foi criada por uma mulher que se tornou deficiente. O fato principal é mais a violência que sofreu essa mulher do que a sua deficiência. Pouco se dá visibilidade para a sequela que ela ficou. A gente não vê falar sobre violência com mulheres com deficiência na mídia e quando vê é como rótulo, como se fôssemos incapazes. A gente teria que ter mais espaço para nos sentirmos acolhidas. E se estivermos sofrendo violência para onde vamos? Nós não temos ainda uma estrutura preparada para nos receber, nós não temos pessoas preparadas para atender.

Experiências semelhantes foram apresentadas por Camila:

Quando identifiquei a situação de violência enfrentei a resistência da minha família com a pessoa. Desde o início já percebiam nele traços agressivos, que só ficaram claros para mim meses depois. Fiz o boletim de ocorrência, mas tive receio, medo, insegurança e temor de que o BO levasse a um comportamento agressivo dele e a justiça falhasse com as medidas protetivas como sempre se vê nos noticiários.

As narrativas retrataram, assim, a invisibilidade na esfera jurídica, vivenciada pelas participantes. O receio de formalizarem uma denúncia parecia estar articulado ao desconhecimento das consequências desta; da dependência do agressor, seja financeira, emocional ou física; da própria condição em que se encontravam por conta da deficiência, ou até mesmo por conta da violência sofrida, como debatido por Andrade (2020).

SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA?

As entrevistadas relataram levar um tempo para perceberem que precisavam de auxílio. Elas ressaltaram que as figuras que representariam cuidado e zelo, normalmente mãe e pai, não conseguiram efetivar esse papel e/ou relataram que cumpriram esse papel de modo insuficiente. Por outro lado, o vínculo entre irmãos foi percebido como algo que trazia maior segurança e proteção. A expressão de Vitória foi ilustrativa desta questão:

A minha irmã mais nova quando via, me pegava no colo e muitas vezes me tirava dessa situação – violência sexual -, ela tentava. A gente tinha uma parceria porque como a minha mãe não acreditava, minha irmã tentava me proteger.

A permanência nas relações de violência foi um aspecto presente nas trajetórias das entrevistadas. Há relatos na literatura que frisam o fato de ela estar vinculada ao maior ou menor grau de dependência familiar e/ou conjugal (Mello et al., 2021), algo que também percebemos em nossas experiências profissionais junto a mulheres em situação de violência.

O atendimento psicológico foi citado por duas participantes como uma alternativa de cuidado, que possibilitava o resgate de suas condições de sujeitos que haviam sido anuladas durante todo o período que vivenciaram a violência. A importância deste atendimento foi lembrada por Júlia:

Eu fiz muito tempo de psicoterapia. Aprendi a me conhecer e ressignificar os traumas. Entendi que consigo sim ter um relacionamento saudável, sem agressões.

A procura por serviços psicológicos, embora necessária, é extremamente difícil para essas mulheres, devido à fragilidade psíquica no momento e após a situação de violência. É essencial que as/os psicólogas(os) estejam cientes desta fragilidade, dos dificultadores que possam surgir na díade terapeuta-paciente e tenham habilidade para que não ocorram processos de revitimização (Mueller et al., 2019).

A espiritualidade foi mencionada pelas entrevistadas como uma experiência geradora de cuidado. Algumas mulheres encontraram a única forma de auxílio, nessa esfera. Ela se apresentava como uma experiência que trazia uma sensação reconfortante e de paz. A expressão de Marina mostrou a importância da espiritualidade em todos os momentos da sua vida e, principalmente, após ter vivenciado a violência:

Eu não tinha confiança para buscar nenhum tipo de ajuda, tinha muito medo de ser julgada. O apoio que encontrei foi na espiritualidade e foi lá que recebi o socorro.

A espiritualidade é caracterizada como uma tendência humana para buscar significado para a vida, por meio de conceitos que transcendem o tangível, podendo ou não incluir uma participação religiosa formal. Ela permite uma elaboração subjetiva e a atribuição de um sentido à vida, que levam a um aumento da motivação para o enfrentamento e a superação de crises vividas (Silva & Paulino, 2021).

Nas narrativas, um fator que chamou à atenção foi a sororidade, que ocorria quando as participantes encontravam algo ou alguém junto a quem se apoiar, o que possibilitava a reconstrução de suas vivências. Mesmo se sentindo invisibilizadas, as expressões delas contemplavam o quanto queriam e lutavam para se reconstruir. Em nossa forma de perceber, o desejo de ocuparem os lugares

de mulheres com deficiência, na sociedade e nas relações que estabeleciam com familiares e outras pessoas, parecia pungente. Igualmente, as participantes falavam de um lugar visível que pudesse contemplar os seus direitos e no qual as suas falas e subjetividades pudessem ser devidamente valorizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo trouxe as vozes de algumas mulheres com deficiência, para debatermos sobre duas áreas de pesquisa que se interseccionam: violências contra as mulheres e mulheres com deficiência. Nesse caminhar, a compreensão das mulheres com deficiência sobre violências e as tipificações de violência vivenciadas, as limitações encontradas após a identificação da situação de violência e as formas de enfrentamento foram exploradas.

As narrativas das participantes indicaram que ainda existem dificuldades no reconhecimento das situações de violência, tanto por parte das mulheres com deficiência, como por parte dos profissionais que as atendem. Dessa forma, o estudo demonstrou ser de vital importância a elaboração de capacitações profissionais direcionadas ao atendimento das mulheres com deficiência, de modo que as/os trabalhadoras/es sejam capazes de identificá-las e acolhê-las. A pesquisa também permitiu-nos constatar o quanto é fundamental, também, a criação e a consolidação de espaços de diálogo que informem e contribuam para a visibilidade da especificidade da violência contra mulheres com deficiência.

As narrativas investigadas evidenciaram as vivências de violências experimentadas por mulheres com deficiência. Nesse sentido, embora essas experiências muitas vezes possam se aproximar daquelas vividas pelas demais mulheres – notadamente, as tipificações são similares, como as violências simbólicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais, institucionais etc. – os contornos e agravamentos que as violências vivenciadas por mulheres com deficiências pareceram-nos ser configurados de modo mais aguçado.

Ademais, mulheres com deficiências são, sobretudo, parcela de uma minoria que é transversal, cultural e historicamente violentada, de modo que o exercício de buscarmos elucidar uma eventual diferenciação, nos discursos analisados, entre o que seria “próprio” de uma experiência “de mulher com deficiência” não poderia ser feito sem riscos de incorrerem em artificialização de processos e cisões de vivências narradas. Nessa acepção, a entrevistadora ser mulher autoidentificada como pessoa com deficiência se configura em elemento a ser devidamente ponderado: desde a apresentação dos objetivos do estudo e a leitura e concordância com os termos da pesquisa, até a condução das próprias sessões de entrevista, esse aspecto era inalienável.

Os depoimentos estudados permitiram-nos, ainda, problematizar situações que impediram as mulheres com deficiência de buscarem por ajuda, conforme elas mesmas puderam compartilhar. Constatamos, como pesquisadoras e pesquisador,

que as limitações mencionadas neste estudo estão relacionadas, principalmente, à dependência econômica e afetiva, à falta de acessibilidade e ao receio das entrevistadas de não terem suas falas devidamente revestidas de credibilidade. Essas questões nos ajudaram e ajudam a (re)pensar na necessidade de contemplar as mulheres com deficiência de modo mais efetivo, nas políticas públicas de prevenção e enfrentamento da situação de violência contra as mulheres, bem como nos alertaram e alertam, ensinaram e ensinam sobre as delicadezas inerentes ao fazer acadêmico, junto a essas mulheres.

O que foi vivido enquanto o estudo e este relato eram construídos, não diz ser possível falar em superação das violências, pelas entrevistadas, mas que talvez seja viável notarmos os movimentos feitos por essas mulheres para reconstruírem suas vivências, reconhecerem-se como mulheres com deficiência e ocuparem, por essa via lugares de visibilidade que contemplem seus direitos e valorizem suas falas.

REFERÊNCIAS

- Alves, A. C., Rodrigues, D. C., Valentim, R. P. F., & Carletti, E. Z. B. (2019). Após as lágrimas: Reflexões sobre a recuperação da mulher vítima de violência. *Revista Ambiente Acadêmico*, 5(2), 115-132. <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2020/10/revista-ambiente-academico-v05-n02-completa.pdf>
- Andrade, M. T. L. (2020). A violência contra a pessoa com deficiência: Apontamentos a partir dos dados do disque 100. *Repositório Institucional UFSC*.
- Ballan, M. S., & Freyer, M. (2017). Trauma-informed social work practice with women with disabilities: Working with survivors of intimate partner violence. *Advances in Social Work*, 18(1), 131-144. <https://doi.org/10.18060/21308>
- Braun, V., & Clarke, V. (2020). One size fits all? What counts as quality practice in (reflexive) thematic analysis? *Qualitative Research in Psychology*, 18(3), 328-352. <https://doi.org/10.1080/14780887.2020.1769238>
- Gaudenzi, P., & Ortega, F. (2016). Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. *Ciência e Saúde Coletiva*, 21(10), 3061-3070. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.16642016>
- La Barbera, M. (2016). Interseccionalidad, un "concepto viajero": Orígenes, desarrollo e implementación en la Unión Europea. *INTERDISCIPLINA*, 4(8), 105-122. <https://doi.org/10.22201/ceiich.24485705e.2016.8.54971>
- Lei N. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm#:~:text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20cria,Punir%20e%20Erradicar%20a%20Viol%C3%Aancia
- Lei N. 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-

[2018/2015/lei/l13104.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.104%2C%20DE%209,no%20rol%20dos%20crimes%20hediondos](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/l13836.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.104%2C%20DE%209,no%20rol%20dos%20crimes%20hediondos)

- Lei N. º13.836, de 04 de junho de 2019. Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar. Brasília, DF. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/l13836.htm
- Lucena, K. D. T., Deininger, L. S. C., Coelho, H. F. C., Monteiro, A. C. C., Vianna, R. P. T., & Nascimento, J. A. (2016). Analysis of the cycle of domestic violence against women. *Journal of Human Growth and Development*, 26(2), 139-146. <https://doi.org/10.7322/jhgd.119238>
- Mello, L. S., & Cabistani, L. G. (2019). Capacitismo e lugar de fala: Repensando barreiras atitudinais. *Revista da Defensoria Pública RS*, (23), 118-139. <https://revista.defensoria.rs.def.br/defensoria/article/view/112>
- Mello, N. F., Pereira, E. L., Pereira, V. O. M., & Santos, L. M. P. (2021). Casos de violência contra pessoas com deficiência notificados por serviços de saúde brasileiros, 2011-2017. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 30(3). <https://doi.org/10.1590/S1679-49742021000300007>
- Mueller, C. O., Sriken, J., & Forber-Pratt, A. J. F. (2019). Disability: Missing from the Conversation of Violence. *Journal of Social Issues*, 75(3), 707-725. <https://doi.org/10.1111/josi.12339>
- Nuernberg, A. H., & Mello, A. G. (2012). Gênero e deficiência: Interseções e perspectivas. *Revista de Estudos Feministas*, 20(3), 635-655. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300003>
- Passos, R. L., Telles, F.S. P., & Oliveira, M. H. B. (2020). Da violência sexual e outras ofensas contra a mulher com deficiência. *Saúde debate*, 43(4), 154-164. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S413>
- Silva, C. A., & Paulino, P. (2021). Violência doméstica contra a mulher: Olhares da Psicologia e intercessão com a dimensão espiritual/religiosa. *Cadernos de Psicologia*, 3(6), 804-825. <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/3197/2197#>
- Tsitsou, L., Woodin, S., & Shah, S. (2016). Hidden voices: Disabled women's experiences of violence and support over the life course. *Violence Against Women*, 22(10), 1189-1210. <https://doi.org/10.1177/1077801215622577>
- Turato, E. R. (2013). *Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: Construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas* (6th ed.). Petrópolis: Vozes.
- Wanderer, A., & Pedrosa, R. L. S. (2015). A violência como tema transversal aos estudos sobre a deficiência: Interconexões necessárias. *Estudos e pesquisas em Psicologia*, 15(1), 178-195. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000100011&lng=pt&tlng=pt
- Yupanqui-Concha, A., Arismendi, M. H., & Godoy, D. M. (2022). "I was raped inside, being in a place where I was supposed to be taken care of": Experiences of oppression and violence in health contexts towards women with disabilities and approaches from feminist occupational therapy. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 30. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO238231042>

CONFLITOS DE INTERESSES

Não há conflitos de interesses.

SOBRE OS AUTORES

Talita Manzano-Araújo é Psicóloga preceptora do Núcleo de Práticas Jurídicas da Universidade de Uberaba e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. e-mail: talitamanzano@hotmail.com.

 <https://orcid.org/0000-0003-4586-0648>

Tales Vilela Santeiro é Professor Associado do Departamento de Psicologia e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. e-mail: talesanteiro@hotmail.com.

 <https://orcid.org/0000-0003-1610-0340>

Tatiana Machiavelli Carmo Souza é Professora Associada do curso de Psicologia da Universidade Federal Catalão e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás. e-mail: tatimachiavelli@yahoo.com.br.

 <https://orcid.org/0000-0001-8834-7022>